

Educação literária e cânone literário escolar¹

Blanca-Ana Roig Rechou

Universidade de Santiago de Compostela



RESUMO – O artigo, fundamentando-se particularmente nas ideias de José María Pozuelo Ivancos e Itamar Even-Zohar, discute, num primeiro momento, o conceito de *cânone*, de uma perspectiva bem ampla, para, em seguida, concentrar-se na problematização específica da *canonização escolar* da literatura infantil e juvenil, abordando o *como* e o *quem* seleciona os textos infantis e juvenis na escola atual. Ao longo do trabalho, são postos em questão, de forma mais ou menos direta e nas suas relações com a educação, aspectos como a *constituição da história literária*; *os critérios nos quais se assenta uma tradição literária*; *a realização das antologias*; *o ensino da literatura nos diferentes níveis de ensino*; e, em especial, *os agentes que intervêm no processo de canonização literária das obras infantis e juvenis* nas sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Cânone; História literária; Antologia; Ensino da literatura; Literatura infantil; Literatura juvenil

ABSTRACT – The article is specially based on the ideas of José María Pozuelo Ivancos and Itamar Even-Zohar. Firstly, it discusses the concept of canon, *in a wide perspective* and then it concentrates on specific questioning *of school canonization of literature for children and young people*, by addressing how it is selected and who selects the texts in school nowadays. Throughout the article it is discussed, more or less directly and in their relationships with the educational system, aspects such as the formation of literary history, the criteria on which literary tradition is placed, the production of anthologies, the teaching of literature in different levels of education, and, specially, the agents involved in the process of canonization of literary works for children and young people in contemporary societies.

Keywords: Canon; Literary history; Anthology; Teaching of literature; Literature for children; Literature for young people

Antes de focalizar o problema do *como* e do *quem* seleciona os textos literários infantis e juvenis na escola atual, quero me deter numa série de questões prévias que considero interessante abordar. Farei isso com base nas idéias do professor da Universidade de Murcia, José María Pozuelo Ivancos, coordenador de um número monográfico sobre o cânone na revista *Ínsula* (1996), onde teóricos e estudiosos das literaturas catalã, castelhana, basca e galega analisam como se deu o processo de canonização nas literaturas correspondentes aos seus âmbitos linguísticos.

Uma dessas questões é, por exemplo, o caso da onipresença do termo *cânone*, já há anos, no vocabulário crítico literário, termo introduzido pelo filólogo D. Ruhnken na teoria literária dos filólogos clássicos em

1768, com o sentido de “lista de autores seletos de um gênero literário”. Parece que o abuso de sua utilização, nestes últimos anos, deveu-se, sem dúvida, ao êxito editorial do livro de Harold Bloom, *O cânone ocidental* (1994), um livro polêmico, com mais detratores do que partidários, mas, definitivamente, uma obra que fez com que teóricos e o público leitor de um modo geral refletissem, como gostaria o professor Pozuelo Ivancos sobre questões como:

- a constituição da história literária;
- os critérios nos quais se assenta uma tradição literária;
- o papel dos estudos literários nas sociedades avançadas;
- a noção de clássico;
- o ensino da literatura nas universidades, no ensino médio e no ensino fundamental;
- ou o modo de integrar ideologia e estética.

¹ Tradução de João Luís Ceccantini – UNESP, <ceccantini@uol.com.br>. Título original: *Educación literaria e canon literario escolar*.

Isso, por tratar de reflexões que a maioria dos interessados no tema considera de valor, e não por abordar um tópico como aquele que põe em questão se as listas de autores canônicos devem ser formadas por vinte e sete, quarenta ou mais obras; se se deve respeitar as quotas feminina, negra, hispânica, francesa, etc.; ou, ainda, que, uma vez que o multiculturalismo é fato, se é preciso levá-lo em conta a qualquer preço, tal como já procederam as correntes literárias mais atuais, e mesmo outras questões das quais trataremos mais adiante.

Para esta onipresença do termo e reflexões sobre ele, creio que ajudou muito também a divulgação, ao longo desses anos, a década de noventa, das análises teóricas propostas, entre outros, pelo denominado Culture Research Group (Grupo de Investigação da Cultura) que reúne um grupo de teóricos dirigidos pelo professor Itamar Even-Zohar (1990), o qual, a partir da Universidade de Tel-Aviv, iniciou a assim denominada Teoria dos Polissistemas, uma teoria que se propõe falar de canonização, em vez de cânone; de canonizado em lugar de canônico, ao contrário de muitas correntes teóricas que tenderam a identificar “o sistema” (o “único”, o constituído pela literatura canonizada por meio da cultura oficial e da língua considerada também oficialmente padrão) com o repertório literário canonizado e legitimado numa determinada situação histórica, deixando fora das análises fenômenos marginais, tais como a literatura infantil e juvenil, a chamada literatura de consumo, a paraliteratura, a literatura traduzida, os materiais literários de transmissão oral.

Todas essas reflexões levaram também a buscar fórmulas para estabelecer uma comunicação maior entre Literatura Comparada/Teoria da Literatura e História Literária, feito que se produziu, sem dúvida, não só pela influência da corrente conhecida como New Criticism, mas também pela importância que, na Teoria dos Polissistemas, têm conceitos como “código” e normas de um “repertório” que são interdependentes em relação ao de cânone, e também definindo-se na interrelação entre Antologia-cânone e História Literária e lembrando a universalidade da antologia nas culturas literárias e não literárias. Claudio Guillén (1985), por exemplo, insistiu, em uma de suas obras, no quanto é difícil conceber a existência de uma cultura sem cânones, autoridades e instrumentos de seleção.

Depois das questões já esboçadas, gostaria de levá-los, por meio do Grupo Compostelano de Investigações Semióticas (GLIFO; 1998), ao qual pertenço, a recordar as variações que, através dos tempos, percorreu a assim denominada história literária, definindo-se, para muitos, na semelhança com o traçado de uma antologia (*florilégio, silva, cancioneiro*, conforme a época) que seleciona dentre todos os escritos, a partir do cânone potencial, o

que merece ser salientado, preservado e ensinado, enfim, o cânone seletivo. O ato de seleção do antologista não é diferente daquele do historiador literário, e há mesmo períodos que adquirem um dado nome como fruto de uma antologia. É o caso, por exemplo, em poesia galega, dos “novíssimos”. Ainda que o historiador literário tenha que levar em conta o cânone potencial e indicar o acessível, para que logo o antologista possa estabelecer os cânones seletivos, mesmo levando em conta outros cânones possíveis, tais como o oficial, o pessoal, o crítico, o diacrônico, o bíblico, o pedagógico, o da atualidade, para citar alguns dos já classificados por Alastair Fowler (1979), que aqui não detalharei, entre muitos outros que se poderia classificar de modo diferente, conforme o agente mais implicado ou mesmo a ideologia. Definitivamente, tanto a antologia quanto a história literária seleciona e canoniza com uma finalidade: a instrução, a pedagogia, a educação.

Chegados a este ponto, penso ainda que devemos lembrar o que anteriormente já se levou em conta, isto é, que, desde os clássicos, a ESCOLA, no sentido de centro de ensino em qualquer etapa de formação, foi um dos elementos importantes na construção de cânones, pois nela se formavam, através de uma tradição de estudos, antologias e histórias literárias, que ordenavam, hierarquizavam, impunham, por meio da educação, um cânone por épocas. De fato, eram elas que canonizavam autores e obras.

Quanto à formulação original desse tema, podemos encontrá-la em Platão e em Sócrates, que defendia que a educação devia ser constituída não apenas pelo esporte e pela “arte das musas”, uma arte que não só tratava de ritmos e harmonias (música), mas também de discursos (logoi), que podiam ser verdadeiros ou falsos. Sócrates aprofunda esse aspecto e afirma que a educação, ainda que deva abranger o todo, deve concentrar-se nos mitos, na matéria dos poetas e, no interior dessa matéria, eleger entre aquilo que permanece e o que se rejeita. Essa proposição foi seguida pelos filólogos helenistas e, mais tarde, pelos ilustrados, nas literaturas modernas. Eles, por meio dessas normas, decidiram, com a inclusão no cânone, o que se conservava, e, com a exclusão, o que se rejeitava. Esse esquema, como enfatizou Carlos García Gual (1996), não apresentou problemas no momento da realização das “listas de autores helênicos do Museu”, nem outro tipo de repertório da Antiguidade, porque acolhiam textos de uma só língua (o latim). O problema de um cânone complicou-se quando apareceram várias línguas e várias tradições culturais, como ocorre nas literaturas modernas, pois, como assinalou Carles Miralles (1996), ao tratar da canonização na literatura catalã: “Para que se constitua um cânone como deve ser, duas condições são ótimas. No passado, tê-lo construído sobre a viva pedra grecolatina;

hoje em dia, contar com uma língua falada por muitos e em bom estado de saúde – do ponto de visto econômico, político e também cultural.”.

Neste ponto e cada vez mais que nos aproximamos da época atual, penso, con Pozuelo Yvancos (2000), que possivelmente não haja outro modo melhor no pluralismo, necessário às nossas Universidades, do que o conhecimento da história literária, pois, assim, boa parte dos fundamentalismos que, por exemplo, via Bloom nos demais e que ele mesmo reforça com a sua reação, caem por terra quando nos perguntamos: quem selecionou? Toda seleção, toda antologia, realiza-se na história e o ponto de vista integra o próprio objeto de estudo. Recordamos casos como:

- a tardia aparição de Juan de la Cruz no cânone ocidental;
- saber que a poesia de Lope ficou séculos sem ser reeditada;
- que o Quevedo citado no século XIX era só o da prosa;
- que Heraclio Pérez Placer não tenha aparecido em histórias recentes da literatura galega etc.

Esses exemplos servem para tomarmos cuidado com toda afirmação do cânone em pretensos valores antropológicos fundamentais de natureza suprahistórica ou, como destacou Itamar Even-Zohar, inerentes aos textos em algum nível, e não como uma categoria que se adquire ao longo de um processo e como resultado de uma atividade (1990) na qual intervêm muitos agentes. Que os valores estéticos são mutáveis, moveiços, flutuantes em períodos históricos (não é preciso que Bloom aprenda isso com o furibundo colega, que pretende, com tal argumento, nada menos do que desautorizar Shakespeare), como indicou o professor Pozuelo Yvancos, constata-se ao consultar com vagar histórias literárias de apenas cem anos, muito pouco parecidas com as atuais, nos autores selecionados, nos critérios dessa seleção e nas filiações que entre si se apresentam. Também se vê, ao consultar histórias literárias das diferentes línguas que convivem na Espanha, que o cânone, como indicou Anxo Tarrío (1996), se configurou em linhas descontínuas e com sucessivas mudanças de orientação, mesmo do ponto de vista estético que servia como princípio de seleção.

Levando em conta todos os aspectos apontados, que afetaram, até um período muito recente, fundamentalmente a literatura situada no centro do sistema, passo a concentrarme numa literatura periférica como a literatura infantil e juvenil e a sua canonização escolar. Primeiramente seria necessário levar em conta que a evolução do sistema escolar nos países ocidentais nasceu com uma concepção do ensino pensado como resposta às sociedades industriais do século XIX e XX (2002), para que os filhos dos burgueses

que se instalaram definitivamente no poder obtivessem uma formação completa. Essa literatura não contou com um cânon potencial até um período bem avançado do século XIX, pois os sistemas literários infantis e juvenis não nasceram até que os povos começassem a distinguir etapas na formação do ser humano e vissem que cada uma delas precisava diferente alimento, entre os quais o literário. Este, não apenas como um trabalho prazeroso, como defendia Cervantes no *Quixote*, mas também como uma possibilidade entre outras, de aproximar o público leitor de outras vidas, conhecimentos, valores da sociedade do momento e eternos, como também realizou Cervantes no *Quixote*, para citar uma das obras centrais do sistema literário em língua castelhana que atravessou fronteiras.

Isso começou a ocorrer a partir do final do século XVII, momento no qual surgem alguns textos dirigidos ao público infantil e juvenil. Não podemos, entretanto, pensar em cânone potencial, a não ser no caso de alguma exceção, até o século XIX, e assim mesmo nos países mais desenvolvidos. Nos outros países, é no século XX, já bem avançado, que se configuram e consolidam essas literaturas. Portanto, quando isso ocorre já podemos pensar em línguas e culturas diferentes que produzem textos literários para sociedades com tradições e cultura própria, como dizia Carles Miralles (1996). Mas, hoje, na canonização, sobretudo se considerarmos as obras literárias dirigidas à infância e à juventude, são muitos os agentes que intervêm no processo, tanto escolares como extraescolares, atuando direta ou indiretamente como mediadores entre as obras literárias e o público leitor. Assumem papéis institucionais, empresariais e pessoais e, portanto, criam cânones seguindo seus interesses.

Entre esses agentes contamos com os pais, bibliotecários, animadores culturais e o professorado com grande poder de decisão, ainda que este, em parte, esteja submetido aos administradores, com base no currículo desenhado pelas políticas educacionais e socioculturais e mesmo pela cultura escolar de cada instituição, que reproduz a sua ideologia. Também interferem nesse processo as promoções e políticas editoriais, os meios de comunicação e os recursos econômicos. Todos esses agentes, como apontaram Carola Hermida, Mila Cañón y José María Troglia (2003), se encontram “atravessados e atravessando as redes de controle de leituras nas escolas, todos configuram o tecido que sustenta as condições de utilização dos textos literários nas escolas”. Assim, aos mediadores próprios de todo campo cultural (1983) – críticos, especialistas vários, cátedras universitárias, suplementos culturais que incluem resenhas, revistas especializadas e livreiros – somam-se aqui outros, mais específicos, que têm a ver com esse horizonte

característico do campo infantil, pois as crianças são receptores mas não compradores, e isso faz intervirem no jogo todos os que provêm proteção e, além disso, no caso de pais e responsáveis, também recursos financeiros, como destacou muito acertadamente Graciela Montes (1998).

Dá-se, assim, uma convergência de critérios na seleção de textos escolares. De um lado, situam-se as variáveis empresariais, econômicas, ideológica; de outro, as acadêmicas, que deveriam basear-se, penso, como veio ocorrendo através dos tempos na literatura central, na qualidade literária, no conceito de clássico, nos modelos literários, em suma, nos juízos de valor, que mesmo as novas teorias sistêmicas não deixam de reconhecer, apesar de estarem mais interessadas em descrever como funciona a literatura na sociedade e em fazer ver que o estudo histórico dos sistemas literários não pode ser confinado ao exame e interpretação das obras mestras estabelecidas segundo determinados juízos de valor, como bem sublinhou Montserrat Iglesias Santos (1994), ao afirmar que os juízos de valor “devem ser incluídos na análise dos sistemas dados, uma vez que formam parte importante dos mecanismos da literatura, como ocorre em qualquer outra atividade sociocultural”.

Para aproximar-se de juízos de valor que levem a salientar a qualidade literária das obras nos títulos que elegem, os selecionadores, ou os que os orientam, devem levar em conta os métodos teóricos mais atuais e as muitas reflexões que foram produzidas sobre os critérios nos quais se assenta uma tradição literária, o papel dos estudos literários nas sociedades avançadas, a noção de clássico, o ensino da literatura nas universidades, ensino médio e fundamental, bem como integrar ideologia e estética, como já aponteí, e mesmo os avanços que a metodologia comparativista nos trouxe e que ajuda aos estudantes a perceber que as literaturas, não apenas a de sua cultura, auxiliam a conhecer outras formas de viver, de pensar, outros procedimentos de expressão.

Para que, nas literaturas infantis e juvenis, comecem a ser canonizadas seguindo os critérios amplos que defendemos (como fez notar um grupo substantivo de especialistas participantes do Congresso “Narrativa e promoção de leitura no mundo das novas tecnologias de informação e comunicação”, celebrado em setembro de 2002 em Santiago de Compostela), é preciso dotá-las, às que não as possuam – estou pensando nas literaturas infantis e juvenis da Espanha –, de histórias literárias em que se leve em conta os fatores que intervêm na configuração do sistema. Ou seja, os agentes que participam da canonização, como e por que se produzem os vaivéns de textos e autores do centro à periferia do sistema. Afinal, somente partindo do conhecimento do cânone potencial, do corpus literário infantil e juvenil

em cada âmbito linguístico, pode-se selecionar, produzir antologias, catálogos e guias, com critérios mais amplos e baseados na qualidade que aqueles que abordam o problema a partir de âmbitos comerciais ou políticos. Assim é possível responder aos gostos e interesses de um público leitor em formação, que está condicionado apenas por sua enciclopédia pessoal. Uma enciclopédia que os mediadores devem conhecer de antemão para responder aos interesses desse público, para fazê-lo livre, ajudá-lo a crescer e, desse modo, cumprir com objetivos formadores da literatura em geral, não abusando de fórmulas de análise linguística, de modelos etc.

Por tudo já dito, penso que é na convergência antes anunciada que estão as chaves para as seleções das literaturas infantis e juvenis, para a delimitação de cânones em prol da formação leitora, pois, assim como Montserrat Iglesias Santos (1994), penso que o modelo polissistêmico, hoje já conhecido e expandido, proporciona uma referência teórica que gera maior compreensão, fundamentalmente porque nos faz pensar onde situar os fenômenos canonizados e permite entender como se dá a relação dessas literaturas com o estrato canonizado, com o centro do sistema. Modelo que, ajudado pela comparação entre sistemas literários de línguas e culturas diferentes, auxiliará a perceber a importância dos estudos literários nas sociedades avançadas.

Essa proposta não evitará que muitas vezes haja fenômenos editoriais que escapem à escola e a outras instituições educacionais que, considero, devem determinar um bom número dos textos que se devem ler, ou, ao menos, conhecer. Certamente haverá produtos que se vendam e se leiam sem que anteriormente a escola os incorpore, como é o caso de Harry Potter. São fenômenos isolados que não podem nem devem fazer com que se enfraqueçam das análises e abordagens rigorosas, e mais centradas na união de uma língua, uma literatura e uma identidade cultural, analisadas em sincronia e diacronia e em comparação com outras línguas, culturas e identidades culturais. Fenômenos que, aliás, são enriquecedores, porque, como ocorreu com a publicação do livro de Bloom, fazem refletir e sempre trazem luzes para afinar melhor a questão de como abordar o ensino da literatura nas universidades e no ensino médio e fundamental, aquilo que mais interessa a nós, profissionais do ensino.

Referências

- AGRELO COSTAS, Eulalia et al. *Narrativa e promoción de lectura no mundo das novas tecnoloxías*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2002.
- AREA MOREIRA, Manuel. ¿Una escuela del siglo XIX en el siglo XXI? Redefiniendo las metas, formass y políticas de la educación en la era digital. In: SANTOS REGO, Miguel (comp.).

As novas tecnoloxías como eixos de innovación nos centros educativos non universitarios. Santiago: ICE da Universidade de Santiago, 2000.

BLOOM, Harold. *O canon occidental*. Barcelona: Anagrama, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *Campo intelectual, campo de poder y habitus*. Buenos Aires: Folio, 1983.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem studies, volume monográfico da revista *Poetics Today*, v. 11, n. 1, 1990.

FOWLER, Alastair. Género y canon literario. In: GARRIDO GALLARDO, M. A. (Ed.). *Teoría de los géneros literarios*. Madrid: Arco/Libros, 1988. p. 95-127. (Tradução do artigo Genre and the literary canon, publicado em *New Literary History*, v. 11, p. 97-119, 1979).

GUILLÉN, Claudio. *Entre lo uno y lo diverso: introducción a la literatura comparada*, Barcelona: Crítica, 1985.

GLIFO. *Diccionario de termos literarios I e Diccionario de termos literarios II*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia/Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades, 1998; 2003.

HERMIDA, Carola; Mila CAÑÓN; María José TROGLIA. Lectura y escuela: prácticas literarias y selección de textos. *Cuatrogatos* – revista de literatura infantil, “opiniones y colaboraciones”. Disponível em: <<http://www.cuatrogatos.org/articulsoeleccion.html>>. Acesso em: 08 jul. 2003.

IGLESIAS SANTOS, Montserrat. El sistema literario: Teoría Empírica y Teoría de los Polisistemas. In: VILLANUEVA, Darío (comp.). *Avances en Teoría de la Literatura*. Santiago de Compostela: Servicio de publicaciones da USC, 1994.

MONTES, Graciela. Liturgias y profanaciones. In: CELLA, Susana (comp.). *Dominios de la literatura: acerca del canon*. Buenos Aires: Losada, 1998.

POZUELO IVANCOS, José María (coord.). Canon: ¿estética o pedagogía”. *Insula*, n. 600, diciembre 1996, p. 3-4; GUAL, Carlos García. Sobre el canon de los clásicos antiguos. p. 5-6; PÉREZ PRIEGO, Miguel Angel. Formación del canon literario medieval castellano, p. 7-9.; SCHWARTZ, Lía. Siglos de oro: cánones, repertorios, catálogos de autores, p. 9-12; CARNERO, Guillermo. Sobre el canon literario español dieciochesco, p. 12-13; ROMERO TOBAR, Leonardo. Algunas consideraciones del canon literario durante el siglo XIX, p. 14-15; MIRALLES, Carles. Sobre canonizar y lo ya canonizado en la literatura catalana, p. 16-18; TARRÍO VARELA, Anxo. La formación del canon literario gallego, p. 18-22; KORTAZAR, Jon. El canon en la literatura vasca, p. 22-24.

POZUELO IVANCOS, José María; ARADRA SÁNCHEZ, Rosa María. *Teoría del canon y literatura española*, Madrid: Cátedra, 2000.

Recebido: 06.07.2010

Aprovado: 12.08.2010

Contato: <fgroig@usc.es>.